



A DEPENDÊNCIA DO BRASIL QUANTO AO PETRÓLEO

Edmar Eudóximo Telesca

Coronel de Infantaria da Turma de 14 Dez 50, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 Abr 75.

Possui os cursos militares da Escola Militar de Resende, de Pára-quedismo Militar (Básico, Mestre-Salto e Precursor), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Avançado de Infantaria (Fort Benning, Estados Unidos da América do Norte) e de Comando e Estado-Maior do Exército.

Possui também o curso civil de Ciências Administrativas.

Foi instrutor de Pára-quedismo e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Ajudante-de-Ordens do General Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Serviço de Segurança da Presidência da República (1964-1965) e Comandante do 38º Batalhão de Infantaria.

Atualmente, é Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

INTRODUÇÃO

Durante séculos o homem nem sequer suspeitou das imensas possibilidades de aplicação encontradas naquele líquido escuro, pegajoso e de cheiro desagradável. Depois, uma complexa maquinaria extraiu dele diferentes combustíveis e logo ele suplantou largamente todas as demais fontes de energia.

Para dar uma idéia das dimensões assumidas pelo petróleo, costuma-se dizer que se ele desaparecesse repentinamente da face da terra, o mundo ficaria imobilizado. Parado e nu. Porque, além da energia de sua combustão, que movimenta mais da metade das máquinas existentes, o petróleo está na origem de milhões de produtos que compõem a atual paisagem terrestre.

Inicialmente o seu preço, como é sabido, era muito baixo, variando em torno de US\$ 3.00 e, mesmo para os grandes importadores, tal fato não sobrecarregava os orçamentos. A partir de 1973 e, especialmente no ano de 1975, transformou-se no ponto nevrálgico das preocupações econômicas mundiais, agravando as tendências inflacionárias e depressivas. Os países consumidores e dependentes do petróleo

importado foram os mais sacrificados, especialmente os de economia primária, já que os desenvolvidos progressivamente foram incorporando aos preços de seus produtos industriais os valores correspondentes aos sucessivos aumentos de preço do petróleo e equilibrando as suas economias.

Dentro desse quadro, o mundo enfrenta uma fase difícil e não há perspectivas de um futuro tranqüilo, a menos que os produtores de petróleo, principalmente a OPEP, e os consumidores consigam uma acomodação nos preços do petróleo.

O Brasil, dependente de mais 2/3 de importação do petróleo, foi um dos que mais sofreu com o impacto dos preços e viu-se obrigado a alterar radicalmente seus planos de desenvolvimento energético, econômico e, até mesmo, a sua filosofia exclusivista na extração. É lícito, também, realçar a grande percentagem de petróleo e gás natural que entra na composição do consumo nacional de energia (gráfico anexo I).

Não podemos culpar, apenas, o petróleo pelas atribuições mundiais e brasileiras, mas ele vem sendo, de fato, um fator que pôs a descoberto o desequilíbrio que já se vinha delineando desde 1970 nas relações internas e internacionais da maioria das nações do mundo.

No mais, procurarei, resumidamente, mostrar a significativa alteração havida nas economias e, em especial, salientar os seus reflexos negativos no poder marítimo brasileiro.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO MUNDIAL NO PETRÓLEO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS GERAIS

Até a década de 1950 o mercado mundial esteve totalmente dominado pelas grandes empresas internacionais, denominadas as "Sete Irmãs". A partir dessa data, o surgimento de novas sociedades independentes americanas, européias e japonesas e com a entrada da URSS no mercado, operando a preços menores e até mesmo a permuta por matérias-primas, forçaram as grandes empresas a reduzir os preços artificialmente altos para proteger a indústria norte-americana, beneficiando os países importadores.

A partir de 1960 surgiu a OPEP, com a finalidade de reagir contra a baixa dos preços e com propósitos ambiciosos de libertar, a longo prazo, os países produtores do controle exercido pelas companhias petrolíferas. Esses resultados tornaram-se sensíveis a partir de 1970 e os preços passaram a subir e o desequilíbrio entre a oferta e a procura tornava-se cada vez mais precário, especialmente ao final de 1973. Veio a crise de energia, que abalou a economia mundial e que faz sentir os seus efeitos até hoje, especialmente nos países em desenvolvimento. O preço elevou-se de US\$ 3.00, em 1973, para US\$ 12.69 em novembro de 1976, o que dá uma idéia clara dessa situação (tabelas anexas).

No mercado mundial há, então, defrontando-se direta ou indiretamente, dois blocos: o dos maiores produtores e o dos maiores importadores. Para se ter uma visão global desse pool econômico e político deve-se observar as tabelas anexas.

Nesse quadro de lutas, a economia mundial entrou em crise e fatos importantes passaram a ser observados: altas taxas de inflação, esgotamento de reservas cambiais, dificuldade de obtenção de empréstimos, deterioração dos termos de troca, demanda de importação em nível baixo e, finalmente, a dificuldade de canalização ou "reciclagem" dos petrodólares para países em desenvolvimento, que não exportam petróleo, tornando 1975 o ano de maior impacto da crise sobre o "terceiro mundo". Já em 1976 houve uma modificação nos países em desenvolvimento, buscando sua recuperação.

Em termos de mercado mundial quem pagou caro o ingresso nesse jogo, sem sombras de dúvidas, foram os países não industrializados e, neste caso, enquadra-se o Brasil.

Com o crescimento dos preços, o petróleo começou a misturar-se com a política, especialmente no conflito árabe-israelense e no conflito global EEUU x URSS, aparecendo inclusive, a corrida do mercado-negro, onde o barril de petróleo chegou a 24 dólares face a embargos feitos a certas áreas do mundo pelos exportadores árabes.

A manobra funcionou bem para os países árabes e os petrodólares passaram a ser usados no exterior, especialmente nos EEUU. Para as "Sete Irmãs", a crise trouxe grandes proveitos. Só elas têm condições de fazer altos lances no mercado-negro do petróleo e, dominando a produção e o transporte do produto árabe, podem distribuí-lo segundo seus interesses, chegando quase a anular os efeitos do embargo. Seus lucros, em alguns casos, atingiram um montante de 159% em 1973 e subiram ainda mais nos anos seguintes.

Os Estados Unidos também ganharam. Embora forçados a modificar sua política no Oriente Médio, fizeram com que a liderança das decisões árabes, mesmo durante a crise, ficasse nas mãos de seus aliados iranianos e sauditas, em detrimento de países aliados do bloco socialista e menos tolerantes em relação às companhias de petróleo. Além de uma aproximação maior do Egito, antes mais simpático aos soviéticos, conseguiram também a elevação, a cada aumento do preço do petróleo, dos custos da produção de produtos europeus e japoneses, seus fortes concorrentes, facilitando o desafogo da balança comercial norte-americana. E os milhares de produtores texanos viram diminuir a concorrência do petróleo árabe em consequência da alta de preço. De maneira global o fenômeno apresentou dois aspectos relevantes.

- a) Para os países industrializados — trouxe dificuldades, absorvidas pelo acréscimo que os mesmos fizeram nos preços de seus produtos industrializados, especialmente os destinados à exportação, chegando a maioria a uma situação de progressivo equilíbrio orçamentário.
- b) Para os países em desenvolvimento — representou uma dupla taxação, primeiro pela elevação inusitada do preço do petróleo importado e segundo, também, pelo preço exagerado que passaram a pagar por outros produtos importados, especialmente os bens de capital.

Para se ter uma idéia dos resultados globais, em termos de gastos e lucros com o petróleo, basta observarmos as tabelas anexas.

A crise internacional dividiu, também, os países da América Latina, em dois grupos: os privilegiados, exportadores de petróleo, (Venezuela e Equador) e os demais, forçados a pagar enormes preços pelo petróleo importado, nos quais o Brasil se enquadra. Para os primeiros abrem-se perspectivas de uma riqueza antes inimigável, enquanto que para os outros graves problemas surgiram, sem solução a curto prazo.

Entre esses dois grupos extremos, estão países como o Peru, que importa 25% do que consome e a Argentina que importa apenas 10%. Estes precisam, apenas, ampliar a sua produção um pouco mais para não serem engolfados no bloco dos importadores em larga escala.

Por fim, cabe mencionar que diante da conjuntura do mercado mundial e das perspectivas de dificuldades mais sérias, duas alternativas básicas apresentavam-se às potências ocidentais — aos Estados Unidos em particular: primeira — intervir militarmente para assegurar um fornecimento legalmente adquirido com antecedência e “vital para a segurança e o desenvolvimento”; segunda — agir diplomaticamente, procurando conciliar árabes e israelenses e desencadeando, paralelamente, medidas de controle de consumo, estímulo à pesquisa de novas fontes de óleo, aproveitamento de xistos e outras fontes de energia.

A segunda alternativa, logicamente, foi adotada pelo processo natural, resultante das protelações e indecisões. Até quando os países pobres poderão suportar essa política é que não se sabe precisar, como não se sabe até que ponto a URSS reagiria ante uma intervenção militar do ocidente nos emirados. É preciso sempre lembrar que os diferentes consumidores têm, também, objetivos diferentes.

A transformação havida na economia mundial após a crise do petróleo foi total. Aprofundou dramaticamente as diferenças entre as nações e introduziu a necessidade de dramáticas opções e só agora é que se observa uma tardia tomada de consciência.

O fechamento do Canal de Suez provocou total reformulação da frota petroleira mundial com o aparecimento dos superpetroleiros e supergraneleiros e dos navios bi e trivalentes de grande porte, visando a otimizar a relação custo-benefício do transporte, face às grandes rotas via Cabo da Boa Esperança. Hoje, com a reabertura do Canal de Suez e tendo em vista o aumento do preço do petróleo e a conseqüente redução do consumo, o tráfego dos petroleiros, especialmente dos supernavios, caiu sensivelmente, tendo sido canceladas várias encomendas de novos navios causando sérias dificuldades para os grandes estaleiros mundiais, bem como à FRONAPE.

É grave a ameaça soviética às linhas vitais de abastecimento petrolífero do Ocidente, partindo de suas bases de apoio recentemente instaladas no litoral africano. É a linha que também usamos em maior escala.

Os interesses e objetivos, que ultrapassem a simples área do petróleo, são

por demais díspares e estão por demais divididos para que se chegue a um entendimento. A crise, sempre latente, perdurará por vezes surda, por vezes violenta, entre as "Sete Irmãs" e os "Treze Irmãos". Quem mais se arrisca a perder, sem dúvida, são os países subdesenvolvidos importadores do produto, se os próximos anos não forem favoráveis à expansão de suas exportações, geralmente de produtos primários, de preços oscilantes.

A IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A crise do petróleo, que completou e agravou a fase negativa que já vinha se esboçando no comércio internacional a partir de 1972, gerou em 1974 e 75 uma série de problemas para nossa economia, especialmente:

- a) um progressivo desequilíbrio no balanço de pagamentos (tabela anexa);
- b) conseqüente aumento da inflação, já que o desaquecimento de nossa economia, habituada a índices altos de crescimento, só pode ser feito muito gradualmente;
- c) crescimento do produto interno bruto menor em relação ao período 70/73, com reflexos sociais sérios (tabelas anexas).

Uma série de medidas vem sendo tomada para abrandar os efeitos dos fenômenos acima mencionados e, dentro delas, podemos destacar:

- tendência de subsídios indiretos às exportações mais volumosas;
- restrição às importações quase que limitadas a bens de capital, e com depósito compulsório (tabelas anexas).
- restrição às viagens ao exterior, com a exigência de depósito compulsório;
- depósito compulsório sobre óleos combustíveis;
- tendência de negociar petróleo com países que estejam dispostos a comprar produtos brasileiros;
- restrições aos investimentos governamentais;
- restrições ao crédito;
- fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Na área da Petrobrás as seguintes medidas foram desencadeadas:

- a) ativação da exploração em todo o território nacional através de contratos de serviço com cláusulas de risco com firmas estrangeiras;
- b) desenvolvimento da pesquisa de formas alternativas de energia. Há quatro pesquisas em desenvolvimento que podem levar a novas perspectivas em termos de energia: a utilização do xisto, a mistura do álcool anidro, como carvão do Rio Grande do Sul, em estágios mais avança-

dos e a do aproveitamento de energia solar, em fase embrionária, por enquanto;

- c) restrição ao consumo de derivados. Como não tem havido no Brasil grande aumento em produção, qualquer aumento do preço no mercado mundial é compensado com o valor real e a contenção do consumo. Assim é que se conseguiu manter constantes as importações de petróleo em 1974 e 1975, em US\$ 3 bilhões;
- d) medidas de conscientização da população, como a restrição de velocidade dos veículos, fechamentos de postos de gasolina aos domingos e planos de descongestionamento do tráfego nos grandes centros urbanos;
- e) restrições ao uso de transportes oficiais;
- f) investimento em larga escala na exploração do petróleo para ultrapassar os 23% que produzimos para o nosso total; isso é importante porque o petróleo em si representa 49% da energia consumida no país e nos faz muito dependente do exterior;
- g) ativação das atividades da BRASPETRO e INTERBRÁS.

A DEPENDÊNCIA DE PETRÓLEO E O PODER MARÍTIMO BRASILEIRO

O elevado consumo do petróleo no Brasil está intimamente ligado aos seus meios de transporte, onde destacamos o rodoviário, acarretando reflexos e sugerindo alternativas no campo marítimo.

- 1) Navegação fluvial — o atual estágio de desenvolvimento do país e os altos custos dos derivados de petróleo requerem maior atenção para o transporte hidroviário, principalmente no que se refere à implantação de uma estrutura capaz de articular essa modalidade de transporte com os sistemas rodoferroviários. O transporte fluvial é o mais adequado e mais barato para a interligação de regiões interiorizadas. Há que se dar preferência a uma série de projetos hidroviários na região sul e na bacia do Paraná e que irão contribuir para um emprego mais racional do combustível.
- 2) Navegação de cabotagem — o seu declínio no Brasil é um fato importante na elevação do consumo de petróleo, tendo sofrido nos últimos 10 anos um decréscimo de 10%.

São causadores desse declínio:

- excessiva burocracia para o despacho da carga;
- freqüentes roubos e desvios de carga;
- instalações portuárias obsoletas;

- grande número de intermediários entre o expedidor e o destinatário, onerando o frete e aumentando as possibilidades de avarias na carga;
- legislação portuária antiquada e conflitante;
- necessidade de embalagens resistentes aos maus tratos e intempéries.

A SUNAMAM vem procurando adotar medidas para a adaptação do sistema, dentre as quais se destacam:

- fortalecimento das empresas no setor;
- renovação da frota;
- implantação do sistema *roll-on-roll-off* e dos cofres de carga, possibilitando a integração dos transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Foi criada a PORTOBRÁS, destinada a coordenar e a controlar as atividades portuárias e a disciplinar as normas de administração específica, a fim de uniformizar os critérios de aplicação tarifária e a proteção econômica dos utilizadores das instalações portuárias do Brasil.

- 3) Ampliação da FRONAPE e disputa dos fretes marítimos internacionais — a situação atual do transporte marítimo da Petrobrás tem sido motivo de preocupação.

Os pontos mais focalizados referem-se à quantidade de transporte disponível que estaria gerando ociosidade de navios e o custo elevado dos afretamentos, se comparando com os preços atuais do mercado. Do confronto de necessidades de transporte referente às importações de petróleo versus disponibilidade, ficou demonstrado haver um excedente de capacidade de transporte da ordem de 100%, montando a cerca de quatro milhões de toneladas. Para enfrentar a situação e não devolver as embarcações afretadas a longo prazo, a Petrobrás pretende entrar no transporte de grãos sólido e cereais, para a otimização de suas operações. Está, assim, tentando entrar para a Associação dos Armadores de Longo Curso e adquirir no exterior 6 navios polivalentes tipo OBO, para o transporte de óleo, minério e cereais.

Os armadores brasileiros não observam com bons olhos mais essa tendência e demonstram que não poderão competir com a Petrobrás e buscam apoio do Governo.

Há afretamentos programados pela Petrobrás até o ano de 1978, embora, provavelmente, permaneça a ociosidade parcial de seus meios.

- 4) Poder naval — Face à política adotada de reduzir os gastos governamentais, o orçamento da Marinha vem sendo mantido a níveis mínimos e em decorrência disso a alocação de verbas para as diferentes atividades sofre as mesmas restrições (da ordem de 10% menos que 1976).

Dentro do "Plano de Ação da Marinha" para 1977 foram alocados Cr\$ 160.000.000,00 para combustíveis. Tal quantia transformada nas diferentes necessidades de combustíveis (óleo, gasolina comum, gasolina de aviação, lubrificantes etc.) dá para antever que as atividades de instrução em todos os níveis e as de adestramento serão muito reduzidas e não de se refletir no nível de operacionalidade da Força e no volume de reparos, pela parada longa a que serão submetidas frequentemente as máquinas dos nossos navios. Isto é mais um efeito paralelo e importante das medidas que o governo foi obrigado a tomar para poder enfrentar os seus compromissos internacionais e poder conviver com a inflação, sem criar problemas sociais mais graves. Acrescente-se que, quando da alocação da verba, não foi feita a previsão da provável entrada em serviço do NAe Minas Gerais e o recebimento de 2 fragatas e 1 submarino no decorrer do ano.

CONCLUSÕES

A dependência do petróleo do exterior é um dos mais sérios problemas dos governos atual e futuro.

A curto prazo, a solução conciliatória é a contenção das importações em nível constante, e fortemente equilibradas por exportações volumosas.

O fornecimento de petróleo nos dias de hoje é, infelizmente, um forte instrumento econômico para a consecução de objetivos políticos que escapam ao nosso arbítrio.

Os países industrializados puderam se recuperar progressivamente do impacto da crise econômica mundial, enquanto que os países em desenvolvimento estão à mercê das flutuações dos preços de seus produtos primários oscilantes.

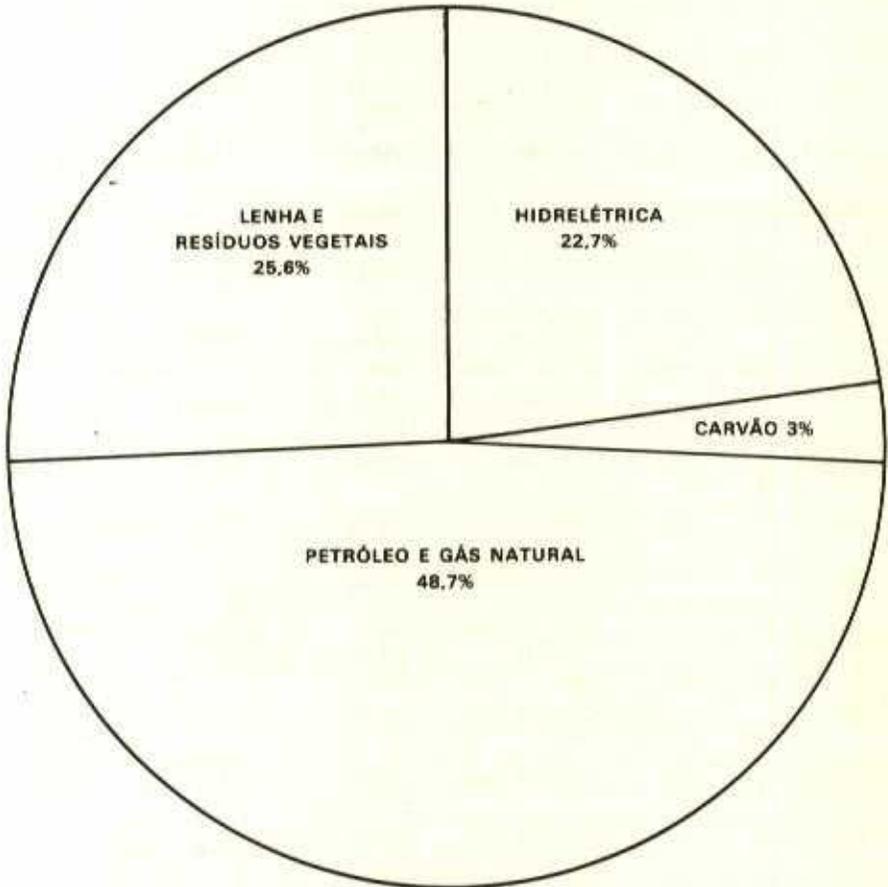
Os gastos com petróleo vêm, naturalmente, afetando o adestramento e a operacionalidade de um componente importante do Poder Militar que é a Marinha, e tal fato merece, também, a reflexão dos chefes no difícil problema de avaliar corretamente as prioridades.

"A História intercala períodos prósperos com etapas difíceis. Desde 1974, vivemos, não apenas nós brasileiros, mas todo o mundo importador de petróleo, numa onda de complexos econômicos. Em época de dificuldades nada mais tentador do que espalhar o pessimismo, julgar que o Governo incide sistematicamente em erro e a desenvolver o fútil exercício da crítica sem alternativas. Os bons brasileiros sabem que o Brasil tem se desenvolvido resistindo a essas tentações, sendo capazes de não apenas criar fases de ouro, mas sobretudo responderem ao desafio das horas difíceis." (Mário Henrique Simonsen.)

ANEXO I

CONSUMO NACIONAL DE ENERGIA EM EQUIVALENTE DE ÓLEO

1974



ANEXO II

EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO MENSAL DE PETRÓLEO BRUTO E NAFTA
DE 1973 A 1976 — CIF-MÉDIO EM USS/BARRIL

Mês	1973	1974	1975	1976
Janeiro	3,00	12,45	12,18	12,94
Fevereiro	3,00	12,66	12,16	12,35
Março	3,11	13,31	12,14	12,96
Abril	3,19	13,16	12,00	13,12
Maio	3,22	12,54	12,10	13,01
Junho	3,35	12,33	12,08	13,09
Julho	3,59	12,45	12,00	13,11
Agosto	3,85	12,43	12,02	12,92
Setembro	3,96	12,62	12,11	12,68
Outubro	4,44	12,26	13,05	12,70
Novembro	5,22	12,22	12,97	12,69
Dezembro	5,88	12,38	13,00	

Obs.: 1976 - dados preliminares sujeitos a revisão.

Fonte: Relatório de Atividades da Petrobrás, exceto para o ano de 1973 cujos valores foram revisados.

ALGUNS DADOS SOBRE PETRÓLEO

ANEXO III

OS MAIORES CONSUMIDORES MUNDIAIS
DE DERIVADOS DE PETRÓLEO — EM 1000 B/D

Posição* País	1970	1971	1972	1973	1974	1975**
1º EUA	14.350	14.830	15.980	17.305	16.745	16.243
2º URSS	5.215	5.547	5.977	6.485	6.915	7.426
3º Japão	3.846	4.179	4.800	5.425	5.270	5.088
4º Alemanha Ocidental	2.433	2.613	2.885	2.750	2.785	2.659
5º França	1.883	2.051	2.315	2.554	2.436	2.118
6º Itália	1.834	1.931	2.005	2.099	2.016	1.977
7º Canadá	1.525	1.531	1.665	1.755	1.850	1.342
8º Reino Unido	2.087	2.093	2.195	2.286	2.150	1.328
9º China	424	450	575	798	900	1.030
10º Brasil	508	562	645	723	767	730
11º Espanha	503	518	650	727	765	760
12º Holanda	750	729	805	834	725	705
13º México	503	518	610	625	645	662
14º Austrália	513	541	546	574	570	583
15º Bélgica	584	568	615	651	555	537
16º Suécia	591	580	585	536	545	535
17º Índia	357	424	482	509	505	501
18º Argentina	423	429	447	470	500	495
19º Irã	278	338	354	414	456	484
20º Romênia	355	377	392	402	447	449

* Em 1975

** Estimativa

Fonte: International Petroleum Encyclopedia, ed. 1976.

ANEXO IV
OS MAIORES PAÍSES EM CAPACIDADE DE REFINAÇÃO
DE PETRÓLEO — EM 1.000 B/D

Posição* País	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
1º EUA	12.079	12.993	13.709	13.992	13.333	14.845	15.043
2º URSS	5.640	6.270	6.680	7.260	7.810	8.240	9.225
3º Japão	2.795	3.437	3.791	4.318	4.940	5.134	5.417
4º Itália	3.214	3.359	3.632	3.593	3.882	3.953	4.082
5º França	2.405	2.527	2.602	2.949	3.140	3.342	3.312
6º Alemanha Ocidental	2.351	2.495	2.554	2.698	2.828	2.937	3.103
7º Reino Unido	2.420	2.458	2.533	2.465	2.782	2.783	2.889
8º Canadá	1.355	1.604	1.832	1.897	1.788	2.024	2.076
9º Holanda	1.456	1.604	1.644	1.826	1.826	1.841	1.985
10º Venezuela	1.324	1.313	1.376	1.499	1.532	1.532	1.451
11º Espanha	728	765	885	1.026	1.163	1.165	1.323
12º China	300	420	480	500	600	850	1.014
13º Brunei-Malás-Singap	302	505	427	513	823	959	1.001
14º Brasil	575	507	584	718	792	962	986
15º Bélgica	689	673	835	232	817	857	946
16º Antilhas Holandesas	795	840	834	880	945	900	849
17º Irã	702	645	653	620	660	789	781
18º México	515	494	592	625	625	750	750
19º Ilhas Virgens	220	250	440	418	590	550	728
20º Austrália	521	594	699	633	681	722	707

*Em 1976

Fonte: International Petroleum Encyclopedia, ed. 1976

ANEXO V
OS MAIORES PRODUTORES MUNDIAIS DE PETRÓLEO
EM 1.000 B/D

Posição* País	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1º URSS	7.059	7.433	7.884	7.975	9.176	9.820
2º EUA	9.630	9.529	9.451	9.189	8.612	8.351
3º Arábia Saudita	3.549	4.498	5.733	7.334	8.210	6.327
4º Irã	3.329	4.535	5.021	5.351	6.026	5.350
5º Venezuela	3.783	3.549	3.220	3.364	2.976	2.345
6º Iraque	1.566	1.712	1.446	1.954	1.850	2.240
7º Kuwait	2.735	2.926	2.999	2.761	2.276	1.807
8º Nigéria	1.083	1.531	1.817	2.053	2.256	1.787
9º China	400	550	600	880	1.200	1.600
10º Líbia	3.322	2.762	2.215	2.167	1.491	1.438
11º Canadá	1.264	1.350	1.535	1.796	1.690	1.544
12º Abu Dhabi	694	940	1.050	1.298	1.412	1.403
13º Indonésia	853	889	1.050	1.324	1.396	1.313
14º Argélia	1.008	775	1.054	1.070	986	946
15º México	430	436	441	485	551	705
16º Zona Neutra (O. Médio)	500	545	571	525	541	495
17º Catar (O. Médio)	383	430	482	570	518	441
18º Austrália	175	315	341	419	389	409
19º Argentina	383	423	433	418	413	337
20º Omã (O. Médio)	332	289	282	293	290	342

*Em 1975

Fonte: International Petroleum Encyclopedia, ed. 1976

ANEXO VI

**CONTAS INTERNACIONAIS — PAÍSES CREDORES E PAÍSES DEVEDORES
— RESULTADOS EM TRANSAÇÕES CORRENTES (MERCADORIAS,
SERVIÇOS E TRANSFERÊNCIAS) — 1971 a 1975 — US\$ BILHÕES**

Anos	Indus- triali- zados fortes	Indus- triali- zados resis- tentes	Exporta- dores de petró- leo	Total	Indus- triali- zados vulnerá- veis	Pobres da Europa	Austrália Nova Zelândia África do Sul	Menos desen- volvidos	Área Socia- lista	Total
1971	2,2	3,2	1,8	7,2	4,9	-0,3	-2,2	-8,9	-1,2	-7,7
1972	-2,1	7,0	2,8	7,7	2,2	0,8	0,6	6,5	-2,1	-5,0
1973	11,7	4,1	6,1	21,9	-5,6	0,4	0,8	-2,5	-4,0	-10,9
1974	7,7	0,6	67,1	75,4	-25,1	-9,5	-5,0	-24,0	-6,5	-70,1
1975	20,5	2,8	34,6	57,9	-11,7	-10,2	-4,1	-31,9	-12,3	70,2
Total	40,0	17,7	112,4	170,1	-35,3	-18,8	-9,9	-73,8	-26,1	-163,9

Diferenças entre países e obrigações derivam de: a) discrepâncias estatísticas (v. I.F.S. — Ago/76, p.40); b) os casos da área socia-
lista incluem apenas balança comercial, já que não são disponíveis informações sobre serviços e transferências.

Fonte: FMI, International Financial Statistics, Ago-set/76.
Janeiro, 1977.

ANEXO VII

BALANÇO DE PAGAMENTOS
1968/1975*em milhões de dólares*

DISCRIMINAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
I. BALANÇA COMERCIAL	26	318	232	-341	-244	-7	-4.690	-3.514
Exportação - FOB	1.881	2.311	2.739	2.904	3.991	6.199	7.951	8.655
Importação - FOB	1.855	1.993	2.507	3.245	4.235	6.192	12.641	12.169
II. SERVIÇOS (não fatores)	-284	-322	-411	-512	-689	-988	-1.516	-1.529
Receita	152	211	254	271	281	397	521	611
Despesa	-436	-533	-665	-783	-970	-1.385	-2.307	-2.140
III. HIATO DE RECURSOS (II + III (a))	-258	-4	-179	-853	-933	-981	-6.206	-5.043
IV. SERVIÇOS (fatores, exc. capital)	-44	-45	-51	-48	-41	-22	-16	-75
Receita	41	57	74	105	143	221	318	365
Despesa	-85	-102	-125	-153	-184	-243	-334	-440
V. SERVIÇOS (fatores, capital)	-228	-263	-353	-420	-520	-712	-901	-1.820
Receita	10	22	50	45	133	326	719	303
Despesa	-238	-285	-403	-465	-653	-1.038	-1.620	-2.123
Lucros e Dividendos	-84	-81	-119	-118	-161	-198	-249	-240
Receita	0	0	0	3	3	1	1	3
Despesa	-84	-81	-119	-121	-164	-199	-250	-243
Juros	-144	-182	-234	-302	-359	-514	-652	-1.580
Receita	10	22	50	42	130	325	718	300
Despesa	-154	-204	-284	-344	-489	-839	-1.370	-1.880
VI. POUPANÇA EXTERNA (III + IV + V) (b)	-530	-312	-583	-1.321	-1.494	-1.715	-7.123	-6.938

BALANÇO DE PAGAMENTOS
1968/1975
 (Continuação) **ANEXO VII**

em milhões de dólares

DISCRIMINAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
VII. TRANSFERÊNCIAS (líquido)	22	31	21	14	5	27	1	18
VIII. TRANSAÇÕES COR- RENTES (VI + VII)	- 508	- 281	- 562	- 1.307	- 1.489	- 1.688	- 7.122	- 6.920
IX. CAPITAL	541	871	1.015	1.846	3.492	3.512	6.254	5.985
A-Investimentos (líquido)	61	177	132	168	318	940	887	810
Estrangeiros	63	189	146	169	337	977	945	930
Brasileiros	- 2	- 12	- 14	- 1	- 19	- 37	- 58	- 120
B-Empréstimos e Finan- ciamentos Externos	359	755	791	1.559	3.195	2.467	5.089	5.003
Curto prazo	267	239	34	343	38	- 399	- 31	- 2
Ingresso	603	821	611	883	805	8	5	6
Saída	- 336	- 582	- 577	- 540	- 767	- 407	- 36	- 8
Médio e Longo Prazo	92	516	757	1.216	3.157	2.866	5.120	5.005
Ingresso	572	1.002	1.422	2.059	4.353	4.522	7.027	7.005
Saída	- 480	- 486	- 665	- 843	- 1.196	- 1.656	- 1.907	- 2.000
C-Outros Capitais (líquido)	121	- 61	92	119	- 21	105	278	172
X. ERROS E OMISSÕES	- 1	- 41	- 92	- 9	436	355	- 68	- 160
XI. SUPERAVIT (+) ou DÉFICIT (-) (VIII + IX + X)	32	549	545	530	2.439	2.179	- 936	- 1.095

FONTES: Balanço de Pagamentos do Brasil

(a) O "histórico de recursos" mede a transferência de recursos reais do exterior para a economia brasileira, aparecendo quando isto ocorre com o sinal negativo.

(b) Conceito utilizado pela Fundação Getúlio Vargas nas Contas Nacionais.

ANEXO VIII

QUADRO PNB

P.N.B. - VARIAÇÕES PERCENTUAIS - TAXAS ANUAIS

PAÍSES	MÉDIA 1959-60 a 1972-73	1974	1975	1976
Estados Unidos	4,2	-2,1	-3	5,75
Alemanha	4,9	0,4	-3,75	3,25
Japão	10,9	-1,8	1,25	4,25
França	5,9	3,9	-2	3
Reino Unido	3,3	0,1	-2,25	0
Canadá	5,1	2,8	-1	4,25
Itália	5,6	3,2	-4,5	1,5
Total OECD	5,5	-0,1	-2	4
Brasil (*)	7,5	9,6	4 a 4,2	8,0

(*) - As taxas se referem ao PIB (Fonte: Fundação Getúlio Vargas).
Fonte: FMI (World Economic Outlook).